

DE REGRESSO DA GUERRA – 1919-1926

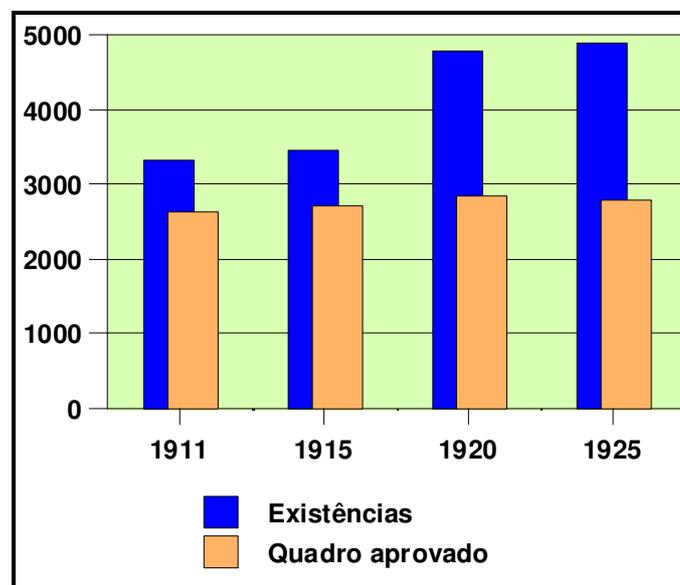
Uma vez regressadas a Portugal as unidades expedicionárias que haviam sido enviadas para França e para as colónias de África, as Forças Armadas — especialmente no que ao Exército diz respeito — debatiam-se com sérios problemas estruturais, cuja solução não era de execução fácil para um país em permanente estado de crise:

- Organização inadequada aos modernos conceitos de guerra;
- Armamento e equipamento deficiente e heterogéneo, em grande parte constituído por sobras dos campos de batalha da Flandres e de África;
- Quadros permanentes largamente excedidos (Quadros B e C), situação agravada, só no Exército, pelo elevado número de oficiais milicianos que «foram ficando»;
- Legislação desordenada e confusa;
- Graves deficiências logísticas geradoras de situações que não salvaguardavam um mínimo da dignidade do cidadão-soldado — especialmente no tocante a alojamento, alimentação e fardamento —, com reflexos negativos na qualidade da instrução.

O então tenente Jorge Botelho Moniz¹ dá-nos um exemplo elucidativo das dificuldades logísticas sentidas nas unidades:

Por falta de fardamentos, já vi dar instrução aos recrutas à paisana. E como a princípio cada praça tem direito apenas a um fardamento de cotim, vi muitas vezes os homens de cama, ou metidos nas casernas em ceroulas... enquanto o fato lavado não secava.²

QUADRO B



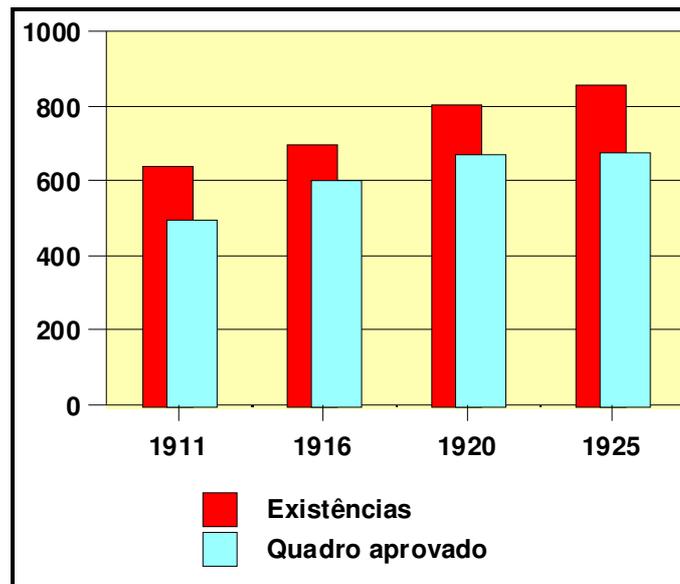
Oficiais do Quadro Permanente do Exército (1911-1925)³

¹ Não confundir com o seu irmão Júlio Botelho Moniz, futuro ministro do Interior e da Defesa.

² JORGE BOTELHO MONIZ, *O 18 de Abril*, p. 36.

³ Fonte: MARIA CARRILHO, *Forças Armadas e mudança política em Portugal no século XX*, p. 270.

QUADRO C



Oficiais do Quadro Permanente da Armada (1911-1925)⁴

A este quadro organizativo importava juntar, em 1926 — como, mais tarde, em 1974 —, dois importantes elementos de natureza humana:

- Quadros militares com grande experiência de combate — logo, habituados a correr riscos;
- Detenção de uma certa *autoridade moral* por parte dos que se haviam batido pela Pátria.

Não surpreenderá, portanto, que, sobretudo a partir de 1918, o número de ministros oficiais do Exército e da Marinha tenha aumentado substancialmente. Até ao *28 de Maio*, doze dos vinte e seis Ministérios iriam ser presididos por oficiais das Forças Armadas — quase todos eles, porém, de curta ou mesmo curtíssima duração. Para a concretização desta tendência convergiam dois tipos de interesses: as forças políticas civis apelavam para a colaboração directa dos militares, esperando, com essa medida, aumentar a sua abalada autoridade; os militares, por seu turno, profissionalmente frustrados com a carência de meios colocados à sua disposição, buscavam na actividade política uma compensação para a humilhante condição social em que se encontravam.

Quando este modelo promíscuo se revelou incapaz de inverter a situação de descalabro em que a República se atolou a seguir ao final da Grande Guerra, o Exército acabou por associar a desordem social e política, que se desenrolava para lá dos muros dos quartéis, à sua própria decadência interna. Avizinhava-se, assim, o fim da intervenção de “militares” ao lado de Partidos e o princípio da acção da Instituição Militar como Corporação *autónoma*.

Os anos de 1920 e 1921 são caracterizados por grande instabilidade e violência. Só no primeiro daqueles anos, o país conhece oito governos diferentes! Entretanto, o Partido Democrático, vendo-se forçado a esbater a feição radical que inicialmente o caracterizara, vê agravar-se a já debilitada capacidade de controlo dos sindicatos. Estes, por seu turno, avançam para posições de força, criando graves problemas de ordem pública, que vão deste as manifestações de rua aos assassinatos políticos e aos atentados bombistas. Nesta actividade,

⁴ *Ibidem*, p. 270.

destaca-se a *Legião Vermelha*, organização terrorista que os mais conservadores acusavam de servir os interesses do Partido Democrático. Em Lisboa, particularmente, a situação de insegurança vai a extremos tais, que, o próprio comandante da polícia, coronel Ferreira do Amaral, é gravemente ferido a tiro quando, em 15 de Maio de 1925, saía de sua casa. Não admira, portanto, que, sobretudo a partir de 1923, o Exército seja envolvido, cada vez com maior frequência, na manutenção da ordem pública.

A situação vivida, entretanto, noutros países europeus é de molde a reforçar a ideia de que o país necessita urgentemente de um regime de força. Triunfavam, um pouco por toda a parte, os movimentos nacionalistas de cariz autoritário: na Itália (1922), Mussolini conquista o poder e cria o Estado Fascista; em Espanha (1923), é a vez do general Primo de Rivera correr com os partidos políticos e implantar uma ditadura de características militares, que durará até 1930; na Turquia (1923), é a hora de Mustafá Kemal, apoiado no Exército, proceder à grande conversão do país num estado laico e ocidentalizado.

Mesmo no seio dos mais convictos democratas, não faltavam os apoiantes da intervenção do Exército. Cunha Leal⁵ — que, apesar do sinuoso percurso político em que decorreu a sua vida de militante republicano, nunca deixaria de lutar pelas liberdades cívicas — aproveita uma conferência proferida na Sociedade de Geografia, em 17 de Dezembro de 1923, para apelar, claramente, à intervenção política das Forças Armadas:

...os partidos e os homens públicos só podem fazer alguma coisa e lutar com probabilidades de êxito desde que se apoiem na única força que ainda se mantém disciplinada, através de todos os cataclismos da Nação: — a Força Armada!

Tudo o mais nada representa. O Exército não deve servir interesses políticos particulares e não os servirá porque é um agregado de homens bons que colocaram à disposição da Pátria as suas energias e até as suas vidas. Mas aqueles que no pretensu resguardo dos princípios constitucionais dizem que o Exército deve ficar amarrado à própria inconsistência desses princípios e à inacção dos políticos, reduzindo-se à condição de aglomerado de criaturas que não pensam e subjugando-se ao tipo de disciplina em vigor antes da guerra, permanecendo insensível ante as dores da Pátria, deixando-a morrer lentamente — esses não são bons portugueses!⁶

Embora posterior ao *28 de Maio* [1928], também Fernando Pessoa entendeu justificar, no seu *Interregno*, a necessidade de uma Ditadura Militar:

O facto essencial é este: Portugal é metade monárquico, metade republicano. Em Portugal presente, pois, o problema institucional é inteiramente irresolúvel. [...]

Mas quando um país está assim organicamente dividido, metade oposta a metade, está criado um estado de guerra civil — de guerra civil pelo menos latente. Ora num estado de guerra, civil ou outra, é a Força Armada que assume a expressão do Poder.⁷

Essa expressão de poder conduziria, segundo Pessoa, a um *Estado de Transição*, no qual os governantes deveriam ser «aqueles cuja função social seja particularmente a

⁵ Cunha Leal era, nessa altura, capitão do Exército, no activo. Segundo a Constituição de 1911, aos militares do quadro permanente, no activo, não eram colocadas quaisquer limitações no tocante à actividade política.

⁶ CUNHA LEAL, *Eu, os Políticos e a Nação*, pp. 186-187.

⁷ FERNANDO PESSOA, *Interregno I*, in «Da República», pp. 304-305.

manutenção da ordem. Se uma nação fosse uma aldeia, bastaria a polícia; como é uma nação, tem que ser a Força Armada inteira.»⁸

Estava criado, portanto, em amplas e diversificadas correntes de opinião, o clima pré-insurreccional no qual germinam e são desejadas as ditaduras militares.

Depois de uma falhada tentativa para a tomada do Quartel-General de Lisboa (5 de Março de 1925), uma parte da guarnição da capital revolta-se contra o poder político a 18 de Abril seguinte, no que seria o mais significativo ensaio⁹ para o *28 de Maio*. Os revoltosos — nos quais se incluíam figuras que iriam revelar-se de primordial importância na instauração da Ditadura Militar¹⁰ — pretendiam levar a cabo um pronunciamento militar, sem a participação de civis, no qual a superioridade de meios, que julgavam poder reunir, garantisse uma acção sem derramamento de sangue. Em pouco mais de 24 horas, no entanto, acabaram vencidos no terreno, face às hesitações de última hora de algumas das unidades comprometidas. Sairiam, todavia, como autênticos vencedores morais dessa intentona. Julgados em Tribunal Militar, aos principais implicados não faltariam entusiásticos defensores. Um deles, o capitão Cunha Leal, afirmaria então:

Condenar os réus é fazer votos por que o Exército continue a ser uma pobre, uma miseranda facção. O estado actual da Força Pública justifica, de certo modo, as campanhas antimilitaristas. O recrutamento, por virtude da intromissão nele de influências políticas, é uma vergonha — só servindo a Pátria nas fileiras aqueles que não têm padrinhos. O material do Exército é uma coisa ridícula. A alimentação dos soldados é insuficiente. Os fardamentos, caindo aos pedaços, dão às unidades aparência de bandos de pedintes. O nosso Exército já nem chega quase a ser aquele pretexto para uma derrota em que alguém falava. O Exército — é assim que o querem certos portugueses — deve ter por única missão assistir impassível à morte da Pátria!...¹¹

É nesse julgamento, também, que o general Carmona — que desempenhava as funções de Promotor — profere a frase que lhe valeria algum prestígio nas fileiras: «A Pátria doente manda acusar e julgar neste tribunal os seus filhos mais dilectos!» Não se ficando por este desabafo, Carmona foi mesmo ao ponto de pedir — e obter — a absolvição dos implicados. Viria, por essa razão, a ser demitido do comando da 4.^a Divisão, sediada em Évora.

Humberto Delgado diria, anos mais tarde, a propósito deste julgamento:

Sintomático do estado de espírito das Forças Armadas e de todo o país, foi o perdão concedido aos rebeldes da revolta de 18 de Abril, que não tinham negado a sua culpa. [...] não era difícil de prever que o Exército poderia sair dos quartéis e tomar conta do poder, logo que o desejasse, e sem disparar um tiro.¹²

O governo de António Maria da Silva tinha consciência do perigo e sabia donde o mesmo provinha. Tal como Marcelo Caetano faria em finais de 1973, também o governo de 1926 tentou, *in extremis*, “comprar” os militares revoltosos.

⁸ *Ibidem*, p. 315.

⁹ Haveria, ainda, um terceiro ensaio, também falhado, a 19 de Julho do mesmo ano. Desta vez, os revoltosos eram chefiados pelo Comandante Mendes Cabeçadas e pelo Capitão Jaime Baptista.

¹⁰ Sinel de Cordes, Raul Esteves, Filomeno da Câmara, os irmãos Botelho Moniz, entre outros.

¹¹ CUNHA LEAL, *Eu, os Políticos e a Nação*, p. 251.

¹² HUMBERTO DELGADO, *Memórias*, p. 67.

O Ministro da Guerra, coronel José de Mascarenhas, propusera um aumento de vencimentos ao Exército. António Maria da Silva recusara a princípio. Mas depois, como ministro interino da Guerra, resolveu conceder ele (o protector!) o proposto aumento.¹³

A participação ou não de civis na revolta eminente é também equacionada. «De toda a parte corria gente desiludida que queria bater-se.

— «Só queremos militares», respondiam os membros do *Comité*.»¹⁴

Parecia ser, portanto, uma deliberada opção pela tomada do poder pelas Forças Armadas — e não por uma facção qualquer, apoiada num partido político ou organização secreta.

A revolta era aguardada como coisa certa, à qual faltava apenas pôr data. O *Jornal de Notícias* de 28 de Maio de 1926 podia mesmo narrar os esperados acontecimentos com o mesmo à-vontade com que hoje a imprensa desportiva anuncia hipotéticas transferências de futebolistas. Sob o título **Às 5 1/2 da madrugada**, escrevia-se no prestigiado matutino portuense: «Asseguraram-nos há pouco que o movimento revolucionário fora adiado para daqui a bocado, às 6 horas. Será assim?»

Relativamente ao movimento de Maio de 1926, é inevitável — sobretudo para quem viveu por dentro os acontecimentos que conduziram à revolta de 25 de Abril de 1974 — não estabelecer comparações entre as duas acções do Exército. Atente-se no que afirma Humberto Delgado, a propósito da primeira das duas revoltas:

Eram de tal ordem a desorganização e o colapso moral do Exército [...] que não é de admirar que os subalternos — espinha dorsal do Movimento — tivessem extrema dificuldade em encontrar um general preparado para os chefiar na tentativa de derrubar o Governo.¹⁵

A dificuldade aumentou logo após a morte do general Alves Roçadas (28 de Abril), que fora a primeira escolha dos revoltosos. Depois, é o general Manuel Gomes da Costa — figura prestigiada como combatente em Moçambique,¹⁶ Índia e França — o indigitado.

Gomes da Costa encarna bem a figura do militar ferido no seu brio e na condição de ex-combatente pela desordem reinante no país. Pouco tempo antes da revolta de 28 de Maio, em entrevista a um órgão da imprensa portuguesa, o antigo comandante do Corpo Expedicionário Português em França não hesitara em exteriorizar toda a amargura que a situação política lhe causava:

Revolto-me! Revolto-me com todo o Exército português em nome da Pátria — ideal que servi sempre, por quem arrisquei cem vezes a vida, por quem tenho passado alegremente as fomes e as sedes dos areais africanos e os frios enregelados da Flandres. Revolto-me!

Depois, dirigindo-se ao jornalista que o entrevistava, Gomes da Costa acrescentava:

¹³ LEOPOLDO NUNES, *A Ditadura Militar*, p. 52.

¹⁴ *Ibidem*, p. 54.

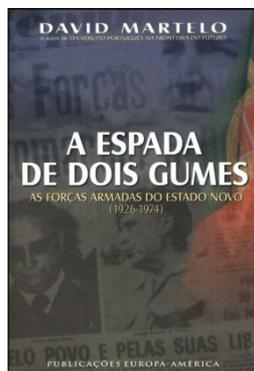
¹⁵ HUMBERTO DELGADO, *Ibidem*, pp. 70-71.

¹⁶ Onde serviu sob as ordens de Mouzinho de Albuquerque.

Você sabe o que significa isto, de um militar como eu dizer que se revolta? Significa que eu, que nunca choro, chorei lágrimas de fel e de sangue, lágrimas de raiva e de desespero pelos desesperos da Pátria amordaçada pelas quadrilhas partidárias, ao sentir o ulular faminto das clientelas vorazes que se esfaimam a roer os ossos de Portugal. Malditos!¹⁷

Este impressionante desabafo espelha bem o sentimento de ausência de esperança para onde o regime republicano deixara resvalar o país. Mas era, também, a voz de uma instituição que se sentia profundamente humilhada.

David Martelo – 1999



Leitura complementar

¹⁷ LEOPOLDO NUNES, *Ibidem*, p. 57.